

16a
edição

**A Fundação Cultural do Espírito Santo e o Teatro Carlos Gomes:
a leitura trágica de um caso.**

Por Duílio Henrique Kuster Cid

Email: duiliokustercid@yahoo.com.br

Mestrando em História Social das Relações Políticas/ UFES

Resumo

O presente artigo propõe-se a analisar a relação estabelecida, ao longo da década de 70, entre a Fundação Cultural do Espírito Santo, instituição responsável por planejar e executar as ações culturais do estado, e o Teatro Carlos Gomes, principal espaço teatral da capital, fornecendo uma síntese das políticas públicas voltadas para o teatro capixaba na época. Neste sentido, proponho uma leitura *trágica* de tal contexto, demonstrando que o momento auge dessas políticas anunciava a chegada de um período de infortúnio.

Palavras-chave: Fundação Cultural do Espírito Santo, Teatro Carlos Gomes, Políticas Públicas.

Abstract

The relationship established, throughout the 70's, among the Fundação Cultural do Espírito Santo, the institution responsible for planning and executing the cultural actions of the state, and Teatro Carlos Gomes, the main theater space in the capital provides an overview of public policies aimed at the theater during the period. In this sense, I propose a *tragic* reading of this context, demonstrating that the peak time of these policies heralded the arrival of a period of misfortune.

Keywords: Fundação Cultural do Espírito Santo, Teatro Carlos Gomes, Public Policies.

Prólogo

O Teatro Carlos Gomes, localizado no centro de Vitória, foi construído em 1927 e, desde então, é o principal espaço teatral do Espírito Santo, sendo o mais antigo ainda em atividade. O edifício foi projetado e construído pelo arquiteto italiano André Carloni, inspirado no teatro *Alla Scala* de Milão. Sua inauguração deu-se em 5 de janeiro de 1927, durante o governo Florentino Avidos, com a peça *Verde e Amarelo*, de Patrocínio Filho. Dois anos depois, foi arrendado para a *Empresa Santos* que o utilizava como cinema e, em 1934, o edifício foi comprado pelo Governo Estadual que, entretanto, manteve o arrendamento com a empresa cinematográfica até o início da década de 60.

A Fundação Cultural do Espírito Santo (FCES) foi criada legalmente em 1967 e instituída em 1969, no governo de Christiano Dias Lopes. Era uma entidade jurídica de direito privado, vinculada à área de Educação e Cultura e que gozava de autonomia administrativa e financeira. O seu principal objetivo era o de programar e executar a política cultural estabelecida pelo Governo do Estado e, entre o seu patrimônio, constavam a Biblioteca Estadual, o Centro de Artes Homero Massena, o Circo da Cultura, o Museu do Colono, a Rádio Espírito Santo, o Teatro Carlos Gomes, o Teatro Estúdio e a Orquestra do Espírito Santo.

Investigando as ações desenvolvidas pelo Estado do Espírito Santo em prol do teatro local no período correspondente

à ditadura militar (1964-1985), pude perceber na relação entre a Fundação Cultural do Espírito Santo e o Teatro Carlos Gomes uma síntese das políticas públicas que foram desenvolvidas ao longo da década de 70.

No presente artigo, procurarei, tendo por influência a classificação das narrativas históricas proposta por Hayden White[1], apresentar uma trama envolvendo as duas instituições aludidas acima sob uma perspectiva trágica. Dessa forma, parto do princípio de que na tragédia “(...) não há ocasiões festivas, salvo as falsas ou ilusórias (...)”[2]. Penso, com isso, em demonstrar que o período auge das políticas públicas para o teatro no Espírito Santo era, na verdade, o prenúncio do infortúnio que estaria por vir.

Cena I: Sobre mendigos e excrementos de morcegos.

Em 1967, o ator Paulo Autran cumpria longa temporada nacional com o espetáculo *Liberdade, Liberdade*. Depois de ter passado por vários dos melhores teatros do país, o artista chegou a Vitória e, ao se deparar com o tradicional Teatro Carlos Gomes, pôde constatar uma situação de extremo abandono:

Olha, era um absurdo ver uma construção tão bonita como esta totalmente inaproveitada. Mendigos dormi am dentro do teatro, excrementos de morcego acumulavam-se sobre o palco, o pano de palco estava todo rasgado (...).[3]

O artista afirmou já conhecer o estado em que se encontrava o Teatro Carlos Gomes por ter lido um artigo a respeito num jornal do Rio de Janeiro, o que demonstra a repercussão nacional que o caso alcançou. Mesmo assim, Autran resolveu juntar a sua equipe, limpar o local e apresentar lá o seu espetáculo:

(...) eu já tinha lido num jornal do Rio um artigo do Pascoal Carlos Magno falando da situação precária em que se encontrava o principal teatro da cidade por ter sido alugado a um exibidor de filmes (...). Uma coisa terrível era o Teatro Carlos Gomes, mas mesmo assim resolvi montar ali *Liberdade, Liberdade*. Eu e o elenco limpamos tudo, lavamos as poltronas e transformamos em camarim a primeira frisa.[4]

O exibidor de filmes a quem o ator se refere é a Empresa Santos, a qual já nos referimos acima e, ao que tudo indica, parecia ter um gosto artístico um tanto quanto duvidoso. São comuns em jornais das décadas de 70 e 80, quando faziam referência ao Teatro Carlos Gomes nos anos anteriores, a utilização de termos como “cinema de terceira categoria”[5] ou “pior cinema poeira da capital”[6].

Logo após o espetáculo, Paulo Autran, não satisfeito em se apresentar num local abandonado e limpá-lo às suas próprias custas, iria chamar a atenção da plateia para a situação em que se encontrava o teatro: “Ao final da sessão de estreia, critiquei severamente os estudantes capixabas por permitirem que o teatro ficasse naquele estado – afinal, o Governo permanecia indiferente por falta de justos protestos”[7].

Para o ator, era a falta de mobilização da população para pressionar o governo que permitia que o teatro continuasse abandonado daquela forma. É possível que a “falta de justos protestos” dos capixabas fosse já um reflexo da restrição de liberdades que se delineavam no contexto nacional e que também atingiam o estado. Cumpre destacar, só para citar um exemplo, que, entre 1968 e 1973, o ator e diretor Milson Henriques foi detido treze vezes a fim de dar explicações para a polícia federal sobre seu comportamento pretensamente subversivo[8].

Em 1964, quem governava o Espírito Santo desde o ano anterior era o Sr. Francisco Lacerda de Aguiar, eleito por uma coligação de partidos que reunia lideranças da esquerda. Com o golpe militar, a imprensa capixaba deu início a uma campanha sistemática de denúncia contra possíveis agentes comunistas infiltrados no palácio do governo que resultou na instalação de um Inquérito Policial Militar (IPM) pelo Exército.

O então governador, pressionado, renunciou em 1966, sendo sucedido por seu vice, Rubens Rangel que ficaria pouco tempo no cargo. Em 1967, no mesmo ano da memorável apresentação do espetáculo *Liberdade, Liberdade* de Paulo Autran na cidade, a Assembleia Legislativa, por eleição indireta e seguindo as orientações federais, nomearia Christiano Dias Lopes como o novo governador. Três anos depois, Dias Lopes entraria para a memória dos capixabas como o responsável pelo surgimento de um novo Teatro Carlos Gomes.

CenaII: “O maior acontecimento do ano.”

Em 16 de novembro de 1970, a população do Espírito Santo era apresentada a um Teatro Carlos Gomes totalmente reformado. A reinauguração contou com momentos solenes como a apresentação do *Corpo de Ballet do Teatro Municipal do Rio de Janeiro*[9], além da execução da ópera *O Guarani*:

A inauguração do novo Teatro Carlos Gomes foi o maior acontecimento do ano. A cidade hoje pode orgulhar-se de possuir um dos melhores teatros do Brasil. A festa de inauguração, como não poderia deixar de ser, constituiu-se num acontecimento super [sic], reunindo as mais destacadas figuras do mundo oficial, da representação militar, da representação consular, o nosso mundo artístico e cultural [sic], o nosso mundo econômico e social [sic]. Uma noite de emoção, notadamente quando ao abrir a porta metálica, tocava-se o Guarani de autoria do homem que deu o nome ao nosso Teatro.[10]

Segundo jornal da época, a reinauguração do Teatro Carlos Gomes foi “o maior acontecimento do ano”, assinalando o impacto que causou na sociedade capixaba de então. O evento contou com grandes personalidades que se revezavam em discursos sobre a importância do novo espaço para a cidade. Entre os ilustres, destaque para a presença de Plínio Marchini, jornalista e primeiro presidente da Fundação Cultural do Espírito Santo; do governador Christiano Dias Lopes e de sua esposa Aliete Ferreira Dias Lopes, considerada a grande responsável pela reforma do teatro:

Após os discursos do jornalista Plínio Marchini, do prof. Arthur Reis, do coronel Dilermano Rocha e do Governador do Estado a fita inaugural foi deslaçada pela Sra. Aliete Ferreira Dias Lopes que como disse o Governador em seu discurso foi ela a grande incentivadora da reconstrução do velho Teatro, que é hoje a mais bela casa do Espírito Santo[11].

O novo teatro foi saudado de forma enfática por grande parte da mídia local e nacional. Para *O Globo*, por exemplo, a partir daquele momento, “(...) o teatro Carlos Gomes pode ser apontado como um dos melhores do Brasil”[12]. Já nas palavras de *A Gazeta*, “o Teatro Carlos Gomes é a imagem do ressurgimento do teatro no Espírito Santo”.[13]

À inauguração, seguiu-se, nos meses seguintes, uma programação vasta. A Fundação passou a importar diversos espetáculos do Rio e de São Paulo, muitos dos quais realizavam a sua estreia no Espírito Santo, colocando o estado na rota das grandes turnês nacionais. São dignas de menção, entre outras produções, *Homem do Princípio ao Fim* de Millôr Fernandes, com Fernanda Montenegro e Sérgio Brito; *Este Banheiro é Pequeno Demais para Nós Dois* com Milton Carneiro e seu elenco e *Esses Homens Traidores com seus Galhos Maravilhosos* com a companhia de José Vasconcelos. Ao mesmo tempo, nos finais de semana à tarde, eram apresentados espetáculos infantis como *O Casaco Encantado e Chapeuzinho Vermelho*. [14]

No término de um dos dias de apresentação do *Homem do Princípio ao Fim*, a atriz Fernanda Montenegro fez questão de elogiar o governo Christiano Dias Lopes pela restauração do Teatro Carlos Gomes ressaltando, como já feito por outros, que o espaço havia se tornado uma grande referência nacional:

Ao terminar, ontem à noite, a representação de “O Homem do Princípio ao Fim”, a atriz Fernanda Montenegro pediu licença ao público para uma homenagem: exaltar um governo preocupado com a cultura e que se esmera na reconstrução do Teatro Carlos Gomes. Além de fazer referência ao Diretor Executivo da Fundação e ao Diretor do Teatro, Fernanda acrescentou que o Espírito Santo tem hoje um dos melhores teatros do País e que isto é da maior importância para o desenvolvimento cultural.[15]

Segundo o mesmo jornal, mais tarde, nos bastidores, o seu companheiro Sérgio Brito corrigiria a colega. Para ele, o *Carlos Gomes* não era um dos melhores, mas, em sua opinião, o melhor teatro brasileiro.

Para a Fundação Cultural, a reinauguração do *Carlos Gomes* foi apenas uma dentro de um conjunto de ações a fim de movimentar a cena teatral local. Para os escritores interessados na produção dramaturgica, por exemplo, foi elaborado um concurso que premiou os finalistas com a montagem dos seus respectivos textos.

Da mesma forma, um ano depois de reinaugurado, o Teatro Carlos Gomes recebeu o *I Festival Capixaba de Teatro Amador*. De acordo com as regras, os candidatos deveriam apresentar textos a uma comissão julgadora que faria a pré-seleção de dez peças. Dessas, cinco deveriam ser encenadas pelos próprios autores, durante o período destinado.

Seriam conferidos prêmios em dinheiro à melhor peça, diretor, ator e atriz. A mídia local chamou a atenção para a quantidade de espetáculos inscritos:

O 1º Festival Capixaba de Teatro Amador surpreendeu sensivelmente pelo sucesso alcançado, causando-nos verdadeira surpresa constatar a inscrição de 28 peças, quando normalmente não esperaríamos por isso. Das 29 foram escolhidas 5, para apresentação ao público capixaba.[16]

Durante o festival, foi oferecido pela Fundação Cultural aquele que pode ser considerado o primeiro *Curso de Orientação Dramática* no Espírito Santo. Para tanto, foi convidado o professor Paschoal Semidea, de São Paulo, que ministrou aulas à tarde e à noite, num regime intensivo de trabalho que oscilava entre quatro e cinco horas seguidas. Segundo jornal da época, “(...) o curso foi bem puxado e dos 68 inscritos inicialmente, apenas 21 chegaram ao final”.[17]

A principal finalidade do curso era a de criar um grupo dentro do próprio Teatro Carlos Gomes voltado para a apresentação de espetáculos infantis. Partindo do teatro infantil, o objetivo era, por um lado, que o grupo adquirisse experiência para futuras montagens de peças de maior complexidade e, por outro, criar um público para o teatro a longo prazo.

Dos 21 alunos do curso, 18 vieram a constituir o *Grupo de Teatro Amador Carlos Gomes*. Milson Henriques foi convidado por Marien Calixte, responsável pela área de teatro da Fundação Cultural do Espírito Santo, para ser diretor do recém-criado grupo. A Fundação comprometia-se a fornecer um salário fixo para Milson, a custear todas as montagens, além de pagar cachês para os atores nos dias de apresentação, em troca do compromisso da equipe de estreiar uma nova produção a cada quatro meses, atitudes essas que podem ser consideradas manifestações pioneiras em termos de profissionalização teatral no Espírito Santo.[18] À frente do novo grupo e nos três anos seguintes, Milson viria a dirigir oito montagens teatrais.[19]

A partir da situação exposta, podemos perceber que o surgimento da Fundação Cultural do Espírito Santo no final da década de 60 representou um significativo desenvolvimento das políticas públicas voltadas para o teatro no estado. Símbolo maior dessa mudança foi a restauração do Teatro Carlos Gomes, principal teatro da cidade, que, após anos de abandono, passou a contar com uma movimentada programação entre espetáculos, festivais e cursos. Essa fase gloriosa, entretanto, em breve daria lugar a um período de desventuras.

Cena III: “Todo este patrimônio está se deteriorando.”

Em 1977, a Fundação Cultural do Espírito Santo teve seu orçamento aprovado no valor de Cr\$ 20.015.000,00 (vinte milhões e quinze mil cruzeiros). Tal orçamento, durante sua execução, revelou-se insuficiente, obrigando a instituição a solicitar à Secretaria de Estado da Cultura e Bem Estar Social, a qual passou a estar vinculada a partir de 1976, um crédito suplementar de Cr\$ 8.807.600,00 (oito milhões, oitocentos e sete mil e seiscentos cruzeiros).[20]

No ano seguinte, ocorreram novos problemas econômicos. A Fundação apresentou um orçamento que superou em duas vezes o anterior, com uma cifra de Cr\$ 42.595.650,00 (quarenta e dois milhões, quinhentos e noventa e cinco mil e seiscentos e cinquenta cruzeiros). O Estado somente lhe repassou Cr\$ 24.942.801,78 (vinte e quatro milhões, novecentos e quarenta e dois mil, oitocentos e um cruzeiros e setenta e oito centavos), valor comparável ao recebido em 1977. A instituição deixou de receber, portanto, expressivos Cr\$ 17.652.848,22 (dezessete milhões, seiscentos e cinquenta e dois mil, oitocentos e quarenta e oito cruzeiros e vinte e dois centavos).[21]

Uma das prováveis causas desse aumento substancial no orçamento da Fundação parecem ser as sucessivas despesas com os espetáculos apresentados no Teatro Carlos Gomes.

A arrecadação com a venda de ingressos ao longo da década de 70 não aparece em nenhum momento nos documentos vinculados a ela superando os gastos necessários para a apresentação das peças que envolviam, entre outros, o cachê dos artistas, diárias em hotel, transporte do cenário e do elenco, propaganda e direitos autorais.

A Tabela 1 nos permite perceber que dos seis espetáculos apresentados no segundo semestre de 1972, todos apresentaram prejuízo. Dessa forma, em apenas quatro meses foi acumulado um déficit de Cr\$ 45.106,49 (quarenta e cinco mil, cento e seis cruzeiros e quarenta e nove centavos).

TABELA 1

Relação entre receita e despesa dos espetáculos apresentados no Teatro Carlos Gomes no ano de 1972.

Espectáculos	Datas	Sessões	Receita	Despesa	Déficit
Por mares antes nunca navegados	07 e 08/07/72	4	Cr\$ 2.685, 00	Cr\$ 16.876,74	Cr\$ 14.191,74
Espectáculo mímico alemão	09/08/72	1	Cr\$ 1.240,00	Cr\$ 2.717,40	Cr\$ 1.477,40
Flicts (infantil)	19 e 20/08/72	5	Cr\$ 3.006,00	Cr\$ 9.409,00	Cr\$ 6.403,00
Freud explica... explica	25, 26 e 27/08/72	4	Cr\$ 6.320,00	Cr\$ 20.782,04	Cr\$ 14.462,04
Panorama visto da ponte	13,14, e 15/08/72	5	Cr\$12.545,00	Cr\$ 18.038,31	Cr\$ 5.493,31
Putz	28, 29/10/72	3	Cr\$ 8.490,00	Cr\$ 11.569,00	Cr\$ 3.079, 00

Fonte: Arquivo FCES; promoções realizadas no Teatro Carlos Gomes.

A receita com a bilheteria em 1977 registrou um valor de Cr\$ 1.424.605,00 (um milhão, quatrocentos e vinte e quatro mil e seiscentos e cinco cruzeiros) para uma despesa da ordem de Cr\$ 1.576.479,18 (um milhão, quinhentos e setenta e seis mil, quatrocentos e setenta e nove cruzeiros e dezoito centavos) ocorrendo déficit de Cr\$ 151.874,18 (cento e cinquenta e um mil, oitocentos e setenta e quatro cruzeiros e dezoito centavos).[22]

Já em 1978, a renda de bilheteria do Teatro Carlos Gomes foi de apenas Cr\$ 1.090.146,00 (um milhão, noventa mil e cento e quarenta e seis cruzeiros) para um montante de gastos de Cr\$ 1.719.047,25 (um milhão, setecentos e dezenove mil, quarenta e sete cruzeiros e vinte e cinco centavos) manifestando-se, ao final da temporada, novo prejuízo de Cr\$ 628.901,25 (seiscentos e vinte e oito mil, novecentos e um cruzeiros e vinte e cinco centavos).[23]

Nas palavras de Euzi Moraes, presidente da Fundação Cultural entre 1971 e 1974, existia na instituição uma visão de que era fundamental a importação dos espetáculos do Rio e São Paulo para se formar a temporada teatral capixaba. Além disso, segundo Moraes, a Fundação buscava realizar as estreias das peças nacionais em Vitória, com o objetivo de projetar o estado no contexto nacional. Tais estreias, contudo, "(...) não eram mais que ensaios gerais altamente pagos".[24]

Como reflexo da crise econômica que atingia a Fundação Cultural, mais uma vez o Teatro Carlos Gomes entrou em cena. Seis anos depois de reinaugurado, o velho teatro já começava a apresentar sinais de esgotamento. Tornaram-se constantes os vazamentos no telhado, as paredes estavam com as pinturas gastas e descascando, e as laterais do teto estavam desabando, sem falar nos equipamentos de luz e som, bastante comprometidos.[25] Por mais de uma vez, devido a problemas no sistema de iluminação, montagens chegaram a ter as suas apresentações adiadas, caso de *Beijo no Asfalto*, de Nelson Rodrigues, realizado quinze dias depois do previsto.[26]

Diante da crise financeira e da redução no repasse de verbas por parte do Governo do Estado, restou à diretora da Fundação no final da década de 70, Beatriz Abaurre, solicitar apoio ao poder federal por meio da Fundação Nacional de Arte - FUNARTE:

A fachada do teatro é de grande efeito visual, com suas colunas e estátuas datadas de sua construção. Todo este patrimônio está se deteriorando. A ação inevitável do tempo e da constante utilização do teatro se fazem presente. A infiltração de água e seus efeitos demolidores tendem a estragar a obra de Massena. As estátuas estão seriamente danificadas, prejudicando cada vez mais a estética do prédio. As atuais condições do Teatro Carlos Gomes são, desta forma, muito precárias urgindo a realização de obras que venham resolver esta situação (...).[27]

Desse modo, a Fundação Cultural chegava ao fim da década de 70 enfrentando grave crise econômica. Por sua vez, o Teatro Carlos Gomes, como *menina dos olhos* da Fundação na área teatral, sofria os reflexos dessa crise. O referido teatro, que na cena anterior vivia um momento glorioso, aproximava-se da mesma situação de abandono em que estava quando da visita do ator Paulo Autran. A tragédia estava anunciada.

Cena IV: A economia de palitos.

Ainda no final da década de 70, veio a tão aguardada resposta da FUNARTE para o apelo da presidente da Fundação Cultural:

Senhora Diretora Executiva; conforme os entendimentos havidos por ocasião da visita de V.Sa. a esta Fundação Nacional de Arte, viemos informá-la que, após o estudo detalhado do Plano de Trabalho da Fundação Cultural do Espírito Santo, resolvemos apoiar a (...) reforma do Teatro Carlos Gomes, empreendimento prioritário, no momento, para o desenvolvimento cultural desse Estado.[28]

Foram destinados recursos da ordem de Cr\$ 850.000,00 (oitocentos e cinquenta mil cruzeiros) para aplicação no Teatro Carlos Gomes que permitiram que fossem feitas reformas nas paredes interna e externa do teatro, além da instalação de novo sistema de refrigeração e compra de equipamentos.[29] O *Carlos Gomes* escapava, assim, da tragédia anunciada na cena anterior. O desfecho, entretanto, ainda demoraria um pouco para se apresentar.

No começo da década de 80, a situação da Fundação Cultural do Espírito Santo não lembrava em nada a instituição que no começo de 70 reformou o Teatro Carlos Gomes e deu uma guinada na vida cultural local. Contas de energia, água e telefone encontravam-se atrasadas, assim como o salário de seus funcionários. De acordo com jornal do período:

Comentário ouvido ontem nos corredores da Fundação Cultural: o pagamento do salário de dezembro só será pago no dia 12 de fevereiro. Entre os funcionários a apreensão é muito grande, principalmente porque o tesoureiro, Onam Oliveira, entrou em férias. Ele é quem vai à Secretaria da Fazenda pegar o cheque e faz algum tipo de pressão para que a verba seja liberada.[30]

A instituição apresentava uma dívida de Cr\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de cruzeiros), fruto do acúmulo de déficits desde 1976.[31] Em 10 de janeiro de 1980, foi empossado o professor universitário e escritor Renato Pacheco como novo presidente da Fundação Cultural. Uma de suas preocupações principais foi, justamente, a contenção de despesas. Em entrevista, Pacheco enumerava as medidas que adotaria para o saneamento financeiro da entidade:

Em primeiro lugar, não admitir ninguém, dentro ainda do espírito do decreto governamental nesse sentido (...). Em segundo lugar, não prover vagas até que a situação melhore. Paralelamente a isso, uma política de economia em todos os setores da Fundação, desde a limpeza do Carlos Gomes até o uso de telefones. A mudança no horário de trabalho já foi uma medida adotada a nível de [sic] Governo.[32]

A necessidade de economia é mais uma vez ressaltada em documento interno dirigido para a antiga presidente e, naquele momento, coordenadora de projetos especiais, Beatriz Abaurre:

Prezada amiga; estamos juntos num grande trabalho em prol da nossa Fundação Cultural. Não pretendo que a gente faça economia de palitos, nem quero impedir o efetivo exercício das atribuições de cada um. Mas, pondero sobre a necessidade impositiva, agora que quase todas as tarifas foram elevadas, de economizar combustíveis, energias, telefones, etc. etc. [sic]. Verificando, por exemplo, nossa conta interurbana, ficou-me a convicção de que ele pode ser reduzido. Se um memorando puder resolver, por que telefonar? Prometo começar por mim, e nos próximos 15 dias não darei nenhum interurbano, salvo ser absolutamente necessário ao funcionamento deste órgão. Peço que releve a veemência, mas estamos juntos nessa embarcação. Que acha?[33]

Num primeiro momento, a política de contenção de despesas de Pacheco concentrou-se em evitar novas contratações, demonstrando esperança de que a situação econômica da Fundação Cultural pudesse vir a melhorar. Tal mudança não ocorreu, pelo contrário, com o passar do tempo a crise agravou-se. O presidente da instituição solicitava de seus funcionários a “necessidade imperiosa” de reduzir os mais variados gastos como contas de energia e telefone e até mesmo de combustível.

Mesmo com as péssimas condições financeiras da Fundação Cultural do Espírito Santo, Pacheco procurou colocar em práticas os dois principais planos de trabalho de sua gestão: a regionalização da cultura e o maior estímulo

à cultura popular. Já em sua posse, esse objetivo ficou claro:

Durante a posse de Renato Pacheco na Presidência da Fundação Cultural, o secretário Clovis de Barros, da Pasta a que está vinculada a entidade (Cultura e Bem-Estar Social) destacou a interiorização das ações da Fundação, assistindo os bolsões de pobreza do Estado situados na área rural. Como exemplo citou as favelas de “Pé Sujo”, em São Mateus, do “Pó” em Linhares, e rua da Lama, em Colatina.[34]

Pela primeira vez, aparecia entre as diretrizes da política cultural da Fundação o interesse claro de interiorizar as suas ações. Até aquele momento, o órgão estatal somente desenvolvia atividades na capital e nos municípios de São Mateus, Santa Tereza e Guarapari. Não bastasse isso, também de forma inédita, surgia a preocupação em assistir “bolsões de pobreza” do Estado, sinalizando uma maior democratização na atuação da entidade.

Tal perspectiva de democratização ficou demonstrada, da mesma forma, com o interesse de Pacheco em apoiar a cultura popular:

Prezada senhora, é propósito do MEC, segundo tenho lido em sucessivos pronunciamentos de altas autoridades, diminuir a realização de eventos culturais próprios para, ao reverso, incentivar a produção de bens culturais oriundos do próprio povo. Apreciaria que essa DAC e suas coordenações estudassem o assunto em profundidade para que nós também tivéssemos seguros dados sobre se já estamos suficientemente amadurecidos para seguir igual política.[35]

Com o argumento de buscar sintonia com o âmbito federal, o então presidente declarava o desejo de seguir uma política cultural que deixasse gradativamente de realizar eventos culturais próprios para, ao invés disso, “incentivar a produção de bens culturais oriundos do próprio povo”.

Renato Pacheco, entretanto, não teria tempo suficiente para ver os seus planos de trabalho implementados. Em 28 de outubro de 1980, exatamente no Dia do Funcionário Público, alegando necessidade de conter as despesas do erário estadual, o governador Eurico Rezende baixou o decreto nº 1.469 extinguindo todas as fundações do Estado e transformando-as em autarquias e departamentos.[36]

Com a medida governamental, os novos órgãos públicos perdiam a autonomia que possuíam na época das fundações, além de grande parte da verba que dispunham. Os seus funcionários, que antes recebiam reajustes semestrais, passariam a ter, apenas, aumentos anuais. Em defesa do Governo, o líder do PDS na Assembleia, deputado Lúcio Merçon, declarou que o Estado não teve outra alternativa: “Ou baixava o decreto ou era obrigado a demitir”.[37]

No dia seguinte ao decreto, Pacheco pediu demissão alegando que foi convidado para presidir um órgão com larga margem de ação, potencialidades e prestígio, e não um modesto departamento no qual, naquele momento, a Fundação se transformava.

A tragédia encontrava o seu final. Onze anos depois de criada, a Fundação Cultural do Espírito Santo que, ao longo de sua existência, conseguiu desenvolver uma série de ações em prol do teatro local, chegava ao fim, transformada agora em Departamento Estadual de Cultura (DEC), vinculado à Secretaria de Educação. Nos seus últimos anos de existência, em meio à profunda crise financeira, a Fundação conseguiu solicitar apoio federal e, como uma de suas últimas grandes realizações, reformar pela segunda vez o Teatro Carlos Gomes que, por sua vez, continua em atividade até os dias atuais.

Epílogo

Segundo Aristóteles[38], a tragédia é a representação de uma ação elevada que desperta sentimentos de piedade e temor. Dessa maneira, procurei, nesse artigo, associar esse tipo de ação às políticas culturais na área teatral desenvolvidas pela Fundação Cultural do Espírito Santo.

De fato, esse órgão foi responsável por uma série de ações em prol do teatro local nunca antes vistas, tendo como símbolo máximo a reinauguração do Teatro Carlos Gomes e toda uma série de atividades nele desenvolvidas. Merecem destaque a importação de espetáculos de outros estados, permitindo aos artistas capixabas e à população em geral terem contanto com as grandes produções nacionais; a criação e manutenção de um grupo de

teatro próprio, que além de apresentar regularmente espetáculos para a sociedade também funcionava como um espaço de aprendizado para os atores que dele participavam e o apoio a festivais estaduais de teatro, fundamentais na consolidação dos coletivos teatrais que começaram a surgir a partir de então.

A presente leitura *trágica* alcançou o seu desfecho com a crise econômica que acometeu a Fundação no final da década de 1970. A instituição desenvolveu uma política cultural altamente dispendiosa o que pode ser constatado, por exemplo, nos prejuízos gerados pelos espetáculos de outros estados realizados no Teatro Carlos Gomes. Esse, por sua vez, embora visto como o principal representante de uma nova fase na vida teatral dos capixabas, acabou sofrendo os reflexos da referida crise, carecendo de verbas até mesmo para sanar problemas aparentemente simples como a manutenção de equipamentos de som e luz e o conserto de infiltrações e vazamentos.

Graças a ajuda federal, via FUNARTE, o Teatro Carlos Gomes foi reformado e seguiu, nas décadas seguintes, sendo o principal espaço teatral do Espírito Santo. Já a Fundação Cultural, cujo último presidente planejava uma política cultural mais democrática e descentralizada, foi extinta por decreto estadual no início de 1980, encerrando-se também todo um projeto para o teatro capixaba e para a vida cultural do Estado.

Gostaria de retomar, por fim, uma definição de Hayden White[39], a fim de conter uma possível atmosfera de *piiedade* que possa vir a surgir com o final trágico da Fundação Cultural. Para o referido historiador, na tragédia, a queda do protagonista e o abalo do mundo que ele habita não são considerados ameaçadores para aqueles que sobrevivem ao final. Para estes, houve uma aquisição de conhecimento.

NOTAS:

[1] White (WHITE, H. *Meta-história: a imaginação histórica do século XIX*. Trad.: José L. de Melo. São Paulo: Edusp, 1995, p.17 e ss.), combinando a teoria da história com a teoria literária, estabelece três procedimentos para classificar as narrações históricas: a explicação pela trama (romance, tragédia, comédia e sátira), pela argumentação (formismo, organicismo, mecanicismo e contextualismo) e pela implicação ideológica (anarquismo, radicalismo, conservadorismo e liberalismo).

[2] *Ibid.*: p. 24.

[3] *A Tribuna*, 18 fev. 1982: s/p.

[4] *Ibid.*: s/p.

[5] *O Globo*, 28 jan. 1971: s/p.

[6] *A Gazeta*, 01 mar. 1980: s/p.

[7] *A Tribuna*, 18 fev. 1982: s/p.

[8] OLIVEIRA, E. A. V. de. *O teatro se subjuga ao poder? Ideias espartecas sempre renascem*. Vitória: Academia Espírito-santense de Letras, 2011, p. 45.

[9] *O globo*, 28 jan. 1971: s/p.

[10] *A gazeta*, 16 nov. 1970: s/p.

[11] *Ibid.*:s/p.

[12] *O globo*, 28 jan. 1971: s/p.

[13] *A gazeta*, 04 mar. 1971: s/p.

[14] *O globo*, op. cit., s/p.

[15] *A Tribuna*, 19 nov. 1970: s/p.

[16] *A Gazeta*, 04 mar. 1971: s/p.

[17] *Ibid.*: s/p.

[18] GAMA, Oscar. *História do Teatro Capixaba: 395 anos*. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida/ Fundação Cultural do Espírito Santo, 1981, p. 112.

[19] São elas: *No Reino do Rei Reinante (1971)*, *Bim Bam Bum, o palhacinho triste (1971)*, *O Mágico de Oz (1971)*, *O Galo de Belém (1971)*, *O príncipe encantado (1972)*, *A Colcha do Gigante (1972)*, *Quem quer casar com Dona Baratinha (1972)*.

[20] FUNDAÇÃO CULTURAL DO ESPÍRITO SANTO. *Relatório de atividades – 1977*. Vitória, 1977, p. 4.

[21] *Idem*. *Relatório de atividades – 1978*. Vitória, 1978, p. 2.

[22] *Ibid.*: p. 2.

[23] *Ibid.*: p. 5.

[24] *Idem*. *Relatório das atividades - 1971 a 1974*. Vitória, 1974, s/p.

[25] *Idem*. *Relação das obras realizadas no TCG no decorrer de 1977*, s/p.

[26] *O Diário*, 02 mar. 1977, s/p.

[27] FUNDAÇÃO CULTURAL DO ESPÍRITO SANTO. *Programa de cooperação técnica /Convênio Funarte – Fundação Cultural do ES/ Apresentação do plano de aplicação/ exercício 1977*. Vitória, 1977, s/p.

[28] FUNARTE. *Ofício nº 524/77*. Brasília, 1977.

- [29] FUNDAÇÃO CULTURAL DO ESPÍRITO SANTO. *Relatório de atividades – 1977*. Vitória, 1977, p. 4.
- [30] PACHECO, R. Os planos da Fundação Cultural numa época de pouco dinheiro. *A Gazeta*, Vitória, caderno 2, p. 1, 14 fev. 1980. Entrevista concedida pelo presidente da Fundação Cultural do Espírito Santo.
- [31] As dívidas correspondentes a cada ano são: 1976 – Cr\$ 42.548,00; 1977 – Cr\$ 322.866,90; 1978 – Cr\$ 214.346,95 e de 1979 são Cr\$ 3.605.568,26 (Ibid.:p. 1).
- [32] Ibid.: p. 1.
- [33] FUNDAÇÃO CULTURAL DO ESPRITO SANTO. *Ofício nº 004/80*. Vitória, 1980, s/p.
- [34] *A Tribuna*, 11 jan. 1980.
- [35] FUNDAÇÃO CULTURAL DO ESPÍRITO SANTO. *Memorando*, 02 maio 1980. Vitória, 1980.
- [36] *A Tribuna*, 30 out. 1980, s/p.
- [37] Ibid.: s/p.
- [38] ARISTÓTELES. A poética. In: *Os pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1989, p. 43.
- [39] WHITE, H. *Meta-história: a imaginação histórica do século XIX*. Trad.: José L. de Melo. São Paulo: Edusp, 1995, p. 24.